

Economia solidária e agroecologia: juventude camponesa e projetos produtivos em assentamentos de reforma agrária

Solidarity and agroecology economics: peasant youth and productive projects for agrarian reform settlements

Sandro Benedito Sguarezi¹

Resumo

O texto tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre o processo de sistematização da construção participativa de projetos produtivos junto à Juventude Camponesa em Assentamentos do Assentamento Antônio Conselheiro. Para isso, utilizou-se da pesquisa qualitativa embasada na pesquisa-ação. Como ferramentas foram empregadas a Pesquisa documental; Diagnóstico Rápido Participativo (DRP); Elaboração e leitura dos diagnósticos coletivos das comunidades; Entrevistas e questionários e a participação durante as atividades de Tempo escola (TE) e Tempo comunidade (TC). As ações do projeto foram focadas em técnicas pragmáticas de construção de projetos produtivos visando à geração de trabalho e renda para a Juventude Camponesa com base nos princípios da Economia Solidária. Os resultados apontam as dificuldades e os avanços desse processo de construção, que culminou com a elaboração de seis projetos produtivos para o Assentamento. O texto também aponta as dificuldades desses jovens em implementar esses projetos, bem como, evidencia a necessidade de continuar essa construção visando a emancipação dessa juventude.

Palavras-chave: Economia solidária. Construção participativa. Agroecologia. Projetos produtivos.

Abstract

This paper aims to raise discussion on systematization of participatory development of productive projects in conjunction with the Peasant Youth for the Antônio Conselheiro Settlements. Qualitative research was carried out through research-action. The following techniques were applied: Documentary research; Rapid Participatory Diagnosis (DRP); Elaboration and reading of collective diagnoses of communities; interviews and questionnaires as well as the participation during School Time (ST) and community time (CT) activities. The project focused on pragmatic techniques for development of productive projects aiming at generating jobs and income for the Peasant Youth on the basis of Solidary Economics. The results have shown the difficulties as well as the advances for this constructive process which culminated in the elaboration of six productive projects for this Settlement. The text has also pointed out the challenges faced by these young people when implementing such projects, as well as has evidenced the need to continue this construction in order to emancipate the peasant youth.

Keywords: Solidarity economics; Participative construction; Agroecology; Productive projects.

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT): Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Departamento de Administração. E-mail: sandrosguarezi@gmail.com

Introdução

Devido à luta dos Movimentos Sociais do Campo (MSC) pela Reforma Agrária nas últimas décadas, no Brasil foram criados vários assentamentos rurais. A organização desses MSC, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi um fator determinante que permitiu o avanço de muitas conquistas ligadas à luta pela terra. Porém, esses avanços não transformaram as estruturas do campo brasileiro.

Vários governos perceberam nessa pauta de reivindicações uma forma de minimizar os graves problemas sociais e o inchaço dos centros urbanos, se preocupando, portanto, em criar assentamentos, para assim, esvaziar um pouco as periferias urbanas. Mas, esqueceram da infraestrutura necessária, visto que a maioria dos assentamentos estão distantes dos centros consumidores e são carentes de estradas de qualidade, o que dificultam o escoamento da produção, atendimento à saúde extremamente precário e ainda uma educação que não atende aos interesses dos camponeses que lutam por uma Educação do Campo. Além disso, possuem dificuldades de acesso ao crédito e a assistência técnica adequada. Soma-se a essas questões a falta de uma cultura, de uma identidade camponesa, visto que a maioria dos Sem Terra são oriundos das periferias dos centros urbanos e não carregam consigo a sabedoria do agricultor camponês ou do agricultor familiar.

Mesmo assim tais agricultores, assentados ou não assentados ligados à Agricultura Familiar são responsáveis por significativa parcela de produção de alimentos no país. “Resumir a agricultura familiar à produção de alimentos é muito, mas não é tudo. Cerca de 70% do que chega às mesas dos brasileiros provém da agricultura familiar - 70% do feijão [...], 83% da mandioca, 69% das hortaliças, 58% do leite, 51% das aves” (ANANIAS, 2015). Porém, neste cenário, poucas são as alternativas para os jovens nas comunidades rurais, assim como a maioria da sociedade brasileira, o campo está envelhecendo, e esse processo tem se mostrado mais agudo nas diferentes ruralidades do nosso país.

Segundo Sguarezi e Bógus (2012), o Estado de Mato Grosso não ficou imune ao impacto dessas transformações. A opção pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente e o processo de colonização promoveram um dos casos mais perversos de concentração fundiária e de renda no país, que fez do Mato Grosso um Estado rico por natureza (formado por três biomas: Cerrado, Pantanal e Amazônia) e excludente por opção, visto que o Estado acumulou passivos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais. O que afeta diretamente a juventude camponesa. Para Peripolli (2011, p. 84), citando Camarano e Abramovay (2011), afirma:

Dentre os muitos resultados negativos deste atraso, e que repercute até hoje, tem sido o abandono do campo por um grande número desses trabalhadores. Hoje, mais especificamente, entre a população mais jovem, juventude camponesa. Pior: cada vez mais cedo os jovens estão deixando o campo (principalmente as moças), transformando o campo em território de homens e de velhos. É o fenômeno denominado ‘masculinização e envelhecimento do campo’.

Esse processo de ‘masculinização e envelhecimento do campo’ tem sido ocasionado pelo êxodo rural da juventude. Mas a juventude, seja no campo ou na cidade, tem sido pouco chamada a protagonizar o seu próprio destino. Por outro lado, imersa num processo de alienação, também protagoniza muito pouco. Assim, numa sociedade de consumo, a juventude tem sido chamada mais para consumir do que para produzir.

A juventude, em formas e representações, tem estado no centro dos debates, estudos e políticas nos últimos anos, seja como problema social, seja como esperança para o futuro. Nos países em desenvolvimento ou naqueles mais economicamente avançados, os jovens têm ocupado as páginas dos jornais e os estudos e pesquisas com foco nesta população. A ideia de um mundo onde cada vez mais os jovens se inserem na vida econômica dos países está presente em discussões em larga escala, inclusive pela escassez cada vez mais intensa de oportunidades para esta inserção (SOARES, 2010, p. 11).

Na tentativa de inserir os jovens brasileiros e garantir seus direitos, em agosto de 2013 foi promulgada a Lei 12.852/13. Essa lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Com destaque para o seu Art. 15, que discute a ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda, e ainda contempla a adoção das seguintes medidas:

- I - promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação;
- VI - apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais, por meio das seguintes ações:
 - a) estímulo à produção e à diversificação de produtos;
 - b) fomento à produção sustentável baseada na agroecologia, nas agroindústrias familiares, na integração entre lavoura, pecuária e floresta e no extrativismo sustentável;
 - c) investimento em pesquisa de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais;
 - d) estímulo à comercialização direta da produção da agricultura familiar, aos empreendimentos familiares rurais e à formação de cooperativas;
 - e) garantia de projetos de infraestrutura básica de acesso e escoamento de produção, priorizando a melhoria das estradas e do transporte;

f) promoção de programas que favoreçam o acesso ao crédito, à terra e à assistência técnica rural.

Foi nesse contexto de diversidade sócio, político, econômico e cultural que foi desenvolvido o projeto piloto: Pesquisa e sistematização sobre a metodologia para criação do curso de extensão de formação agroecológica e cidadã para fortalecer a inclusão produtiva da juventude rural, denominado: Curso de Formação Cidadã e Agroecológica. O projeto foi coordenado pela Fundação Universidade de Brasília (FUB/UNB) através do Centro Transdisciplinar de Educação no Campo (CTEC) e financiado pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR). Sendo que se constituiu como uma estratégia de articulação de políticas públicas, programas e ações, tais como: Programa de Apoio as Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO), do Ministério da Educação (MEC); o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); Programa Residência Agrária vinculados ao INCRA/MDA; o Programa de Inclusão Digital (SID/MiniCom/SNJ/SG) e as Casas Digitais (MDA/MiniCom).

No Mato Grosso, a UNB contou com a parceria da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) através do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho (NECOMT), além do grupo de pesquisa: Gestão da agricultura familiar e agroecologia (GAFA).

O objetivo do texto é desenvolver uma reflexão sobre o processo de sistematização da construção participativa de projetos produtivos junto à Juventude Camponesa em Assentamentos do Assentamento Antônio Conselheiro na região Médio Norte de Mato Grosso. Diante disso, o problema de pesquisa que se coloca é: Como se deu a construção do processo de produção de conhecimento durante a elaboração dos projetos produtivos? Qual foi o seu resultado prático para a juventude camponesa? Essa juventude se apropriou desses conhecimentos produzidos?

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual o projeto principal é caracterizado como uma pesquisa-ação. A pesquisa-ação está associada a diversas formas de ação coletiva e é “orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação” (THIOLLENT, 1992, p. 7). Para Barbier (2004) “a pesquisa-ação pode ter como objetivo a produção de conhecimentos a partir das transformações sociais. Os princípios que instruem os processos de pesquisa-ação procuraram

seguir o “Vínculo teórico e metodológico [proposto por Henri Desroche] entre pesquisa-ação e projeto cooperativo, colocando a serviço desse último os procedimentos de aprendizagem e de investigação próprios de uma visão participativa do conhecimento e da efetivação de iniciativas dos autores (pesquisadores) e dos atores sociais interessados (THIOLLENT, 2006).

Essa metodologia se mostrou alinhada aos objetivos do projeto, que pretende, a partir de uma ação coletiva, de uma ação participativa protagonizada pela Juventude Camponesa, junto à comunidade produzir conhecimentos sobre esta ação. Com isso, esses conhecimentos permitiram a construção dos projetos coletivos. De forma complementar, foram utilizadas as seguintes ferramentas metodológicas, assim definidas: Pesquisa documental; Diagnóstico Rápido Participativo; Leitura dos diagnósticos das comunidades; Levantamento de informações em campo, junto às comunidades: entrevistas e questionários e a participação durante as atividades de Tempo escola (TE) e Tempo comunidade (TC). Diante disso, as ações do projeto foram focadas em técnicas pragmáticas de construção de projetos de geração de trabalho e renda, via à inserção eficiente no mercado através do assessoramento e apoio técnico visando à autogestão por parte da Juventude Camponesa envolvida no processo.

O processo de seleção e público alvo foi participativo desde o início. O projeto priorizou particularmente os territórios onde estavam os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) da Universidade de Brasília (UNB) nos estados do Centro-Oeste, dos quais: 40 estudantes localizados no Assentamento Itamarati, no estado do Mato Grosso do Sul no município de Ponta Porã; 40 estudantes localizados no Assentamento Antônio Conselheiro no estado de Mato Grosso. Esse assentamento abrange os municípios de: Barra do Bugres, Nova Olímpia e Tangará da Serra (foram incluídos 04 jovens do Assentamento Paloma de Nova Olímpia); 40 estudantes do Assentamento Barreirinho localizado no noroeste de Minas Gerais, sendo que os outros 180 estudantes estão distribuídos em Assentamentos e Quilombolas do entorno do Distrito Federal/Brasília e Goiás: Vale da Esperança; Florinda; Água Viva; Engenho II; Vão dos Órfãos; Ema; Vão das Almas; Comunidade Prata; Vão do Moleque; Riachão do Kalunga; Virgilândia; Colônia I; Itaúna e Terra Conquistada. No entorno do Distrito Federal/Brasília estão os Assentamentos de Chapadinha; Márcia Cordeiro Leite e Monjolo. Porém, o foco da nossa análise, ou seja, o recorte da pesquisa centra-se no grupo de jovens do Assentamento Antônio Conselheiro. Dos 40 jovens selecionados, 16 eram mulheres e 24 eram homens. E a maioria 70% tinha entre 15 e 18 anos (portanto, esse universo de idade entre 15 e 18 anos, poderia não ser considerado jovem pelo Estatuto da Juventude). Isso mostra a necessidade de pensar uma política pública para esse grupo de camponeses adolescentes em transição para a juventude.

Dados os desafios de uma política pública que articule em sua execução, simultaneamente, a formação da juventude e a geração de renda para este público, o que visa conjugar estes objetivos com a formação cidadã e ampliação da consciência sobre sustentabilidade. Diante disso, o projeto exigiu um acurado trabalho de pesquisa e sistematização sobre a metodologia de execução desta estratégia formativa, o que objetivou garantir os passos para sua replicação, visto ser o embrião da política pública de formação para juventude rural, desenvolvida pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ).

Os alunos do Curso de Formação Cidadã e Agroecológica foram selecionados levando em consideração inicial a premissa de serem jovens de origem rural com interesse em participar, e, além disso, assumiram o compromisso de implementar os projetos de inclusão produtiva que deveriam ser elaborados por eles durante o período de formação. Um dos pré-requisitos para participar do processo seletivo era que o jovem tivesse entre 15 e 29 anos², ter ensino fundamental completo e capacidade para absorver os conteúdos, como também socializar conhecimentos e tivesse tempo e interesse pela comunidade, e principalmente que já tivesse participado em algum movimento coletivo na sua comunidade (associação, cooperativa, grupo de jovens, grupo de mulheres, entre outros). Prioritariamente, o curso foi oferecido inicialmente para os alunos da Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC)³, isso permitiu criar sinergia entre o trabalho da LEDOC e do projeto, possibilitando que esses sujeitos participassem das atividades desenvolvidas e/ou apoiadas pela LEDOC nas atividades de Tempo Comunidade (TC), sejam eles de Inserção Orientada na Escola (IOE), ou de Inserção Orientada na Comunidade (IOC).

O Programa do referido curso foi alicerçado em ações inter-relacionadas, que buscavam o desenvolvimento de três fases articuladas e complementares, assim definidas: a oferta do próprio Curso de Formação Cidadã e Agroecológica; a elaboração de projetos de inclusão produtiva para os jovens em processo de formação a partir das demandas e potencialidades de suas comunidades rurais e das organizações sociais das quais participavam; e a partir dessas demandas, o apoio e a articulação com políticas públicas já existentes e a proposição de novas políticas públicas de inclusão produtiva capazes de viabilizar implementação e consolidação destes projetos. A articulação entre essas três fases aconteceu de forma simultânea durante o desenvolvimento de todo o processo de formação.

² Inicialmente o projeto foi pensado para jovens de 18 a 29 anos como estabelece o Estatuto da Juventude. Porém, a maioria dos jovens com mais de 18 anos já não estão mais nos assentamentos. Então o critério estabelecido pela coordenação do projeto foi de selecionar estudantes de 15 a 29 anos.

³ A Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) é um curso regular da Universidade de Brasília (UnB) e realiza-se no sistema de alternância, subdividindo-se em Tempo Escola e Tempo Comunidade. Tem como objetivo formar

As atividades de formação ocorreram com base na Pedagogia da Alternância (PA)⁴, o que incluiu Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC), com uma carga horária de 400 horas, das quais 200 horas/aula foram presenciais e 200 horas/aula com práticas nas comunidades rurais dos jovens envolvidos no curso. Assim:

A Pedagogia da Alternância atribui grande importância à articulação entre momentos de atividade no meio socioprofissional do jovem e momentos de atividade escolar propriamente dita, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado, considerando sempre as experiências concretas dos educandos. Por isso, além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (TEIXEIRA, BERNARTT, TRINDADE, 2008, p. 229).

O Tempo escola (TE) teve um total de 200 horas/aula. Nessas 200 horas/aula o curso de formação foi organizado em três módulos que tiveram duração entre cinco e oito dias, o que totalizou 200h de aula presencial. Os conteúdos trabalhados nos tempos escolas serão apresentados no Quadro 1:

QUADRO 1 – CONTEÚDO E CARGA HORÁRIA DO TEMPO ESCOLA (TE).

Conteúdo	Carga horária
Território e Agricultura	16
Organização social, cooperativismo e economia solidária	32
Agroecologia e processos produtivos	64
Novas Tecnologias e Desenvolvimento Rural	32
Planejamento do Tempo Comunidade	12
Atividades Pedagógicas de Apoio e Organicidade	36
Intervenções psicológicas	08
Total	200

FONTE: UNB/CTEC, 2013.

De maneira interdisciplinar foram trabalhados conteúdos de diferentes áreas de conhecimento, dentre as quais destacam-se: a questão agrária no Brasil; soberania alimentar; agroecologia; educação do campo; cultura; novas tecnologias e outras. Isso contribuiu com a formação crítica da juventude rural para compreensão da questão agrária nacional e da disputa de modelos produtivos vigentes, com ênfase nas lutas relacionadas à promoção da soberania alimentar e à necessidade de implementação de uma nova matriz produtiva no campo brasileiro vinculada à sustentabilidade e à justiça social.

professores e educadores para as escolas do campo. Disponível em: <http://www.unb.br/aluno_de_graduacao/cursos/educacao_do_campo>. Acesso em: 15 abr. 2016.

⁴ A Pedagogia da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional (TEIXEIRA, BERNARTT, TRINDADE, 2008).

Com base nos princípios da educação popular todos os conteúdos foram trabalhados no formato de oficina, do qual uma parte teórica foi integrada à uma parte prática. Ao final de todos módulos do Tempo escola os alunos receberam e planejaram atividades específicas para desenvolver junto a suas comunidades entre um módulo e outro. Essas atividades se relacionam com os temas trabalhados no módulo anterior e no módulo subsequente, instigando o jovem a buscar informações e mantendo-o envolvido com o processo de formação, além de buscar informações sobre os projetos produtivos a serem implantados na comunidade.

O Tempo comunidade (TC) também teve um total de 200 horas/aula. Nessas 200 horas/aula o curso de formação foi organizado em quatro módulos que tiveram duração entre cinco e oito dias, o que totalizou 200 horas/aula de campo. Sendo que cada tempo a comunidade teve pelo menos 25 horas/aula de orientação e acompanhamento direto da equipe do projeto, e isso totalizou pelo menos 100 horas/aula da equipe do projeto. Além disso, cotidianamente as atividades junto a suas comunidades, também de no mínimo 100 horas aulas, foram acompanhadas por monitores que orientavam o trabalho de campo. Diante disso, cada monitor elaborou um diário de campo, no qual registrou as atividades, os participantes e encaminhamentos retirados do tempo comunidade. Esse material foi utilizado pela equipe de pesquisa para elaboração da sistematização de metodologia desse trabalho.

Os conteúdos trabalhados nos tempos comunidade foram os mesmos do tempo escola. Porém, esses tempos comunidades começavam ao final do tempo escola, quando foram planejados pelos jovens de forma participativa durante as atividades presenciais onde foram aplicadas uma série de metodologias de integração e fixação, que visava garantir a plena compreensão do conteúdo aprendido e como este seria trabalhado na comunidade. Dessa forma, diariamente, as atividades lúdico-pedagógicas foram desenvolvidas com esse objetivo. Essas atividades ainda produziram e selecionaram materiais didáticos que foram utilizados nas comunidades. Orientado pela equipe de professores e técnicos do curso, todo o conteúdo trabalhado com os jovens foi pensado com base na realidade da comunidade de cada grupo e turmas menores. A divisão da turma levou em consideração as comunidades envolvidas no projeto, o que integrou alunos das diferentes comunidades e permitiu a troca de experiência entre eles.

O objetivo do curso de formação era capacitar os jovens para que esses adquirissem conhecimentos suficientes para implementar um projeto produtivo coletivo capaz de gerar trabalho e renda, que garantisse a permanência desses no campo. Durante esse período os jovens contaram com o apoio da equipe do projeto e garantiram a legitimização das propostas dos alunos perante suas comunidades e suas escolhas, o que visou a efetivação dos projetos produtivos. Durante os

tempos comunidades, os estudantes levantaram informações sobre os projetos produtivos, características da comunidade e demais informações. Ao final de cada tempo escola os alunos saíram com um roteiro de informações a serem levantadas, essas informações permitirão a equipe de coordenação do projeto entender melhor cada região, suas características, potencialidades e dificuldades.

Um desafio dessa natureza só foi possível de ser superado com o apoio de uma equipe interdisciplinar. Para a execução do curso foi formada uma equipe com 64 profissionais de diferentes áreas e com diferentes funções. A coordenação geral do projeto ficou a cargo de três professores pesquisadores da UnB, que possuem amplo conhecimento na elaboração de projetos junto à juventude rural. Para fornecer suporte a essa equipe existe a coordenação técnica operacional, que conta com duas pessoas responsáveis pela parte administrativa e contábil do projeto. A equipe também contou com 30 pesquisadores de diferentes áreas (educação; educação popular; administração; ecologia; sociologia; agronomia; agroecologia; psicologia; direito; arte e cultura dentre outros). Esses pesquisadores ficaram responsáveis por selecionar, elaborar e ministrar os conteúdos do curso de formação durante a etapa presencial e contaram com o apoio dos professores de turma responsáveis pelos tempos comunidade. Cada pesquisador assumiu a responsabilidade por um projeto produtivo coletivo.

Além disso, também foram convidados professores e técnicos especialistas para ministrar conteúdos específicos durante os módulos presenciais, conforme a seguir: Legislação ambiental; Políticas públicas para juventude; História do associativismo e cooperativismo no Brasil e Direito de propriedade intelectual. Também fizeram parte da equipe os monitores (geralmente estudantes da LEDOC) que planejavam e acompanhavam todas as ações do Tempo Escola e o tempo Comunidade. A elaboração dos projetos produtivos contou com acompanhamento direto de professores orientadores e especialistas das três áreas produtivas junto aos grupos de jovens: Agroecologia, Cultura e novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Pela composição da equipe, o projeto já nasce como um desafio gigantesco. Mas foi possível aprender e avançar, mesmo com muitas limitações. A seguir vamos mostrar os resultados alcançados.

Resultados e discussões

Essa metodologia permitiu a construção participativa de seis projetos produtivos em conjunto com a juventude camponesa para o Assentamento Antônio Conselheiro. Os projetos foram

construídos pensando em atender a diversidade das três comunidades do Assentamento: Chê Guevara; Marechal Rondon e Paulo Freire.

Vale ressaltar que os projetos produtivos foram construídos observando os princípios da economia solidária, do trabalho associado e da autogestão. Visto que, segundo Singer (2002) a Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano - e não do capital - de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.

Essa perspectiva dialoga com o conceito de trabalho associado, assim definido:

O trabalho associado nos últimos tempos tem se mostrado como uma alternativa para a classe trabalhadora, seja da cidade ou do campo, libertar-se das diversas formas do trabalho alienado. Segundo ela, os sujeitos dessa forma de economia popular estão experimentando processos de disputa por legitimação e validação social desse modo de produção da existência humana, vinculado à reprodução ampliada da vida em detrimento do capital (POLINI, 2011).

A valorização da vida, o diálogo com a natureza e o compromisso com a sustentabilidade na sua forma contra hegemônica estão no cerne dessas propostas que visam processos de autogestão. De acordo com a definição da III CONAES (2014, p. 10) “A autogestão inicia-se no próprio sujeito e na capacidade de gerir sua própria vida. Sua prática cotidiana demanda que os atores envolvidos tenham disposição para aprender, ensinar, saber dos direitos e deveres, respeitar o indivíduo e o coletivo”. Para Sguarezi (2013) autogestão é:

[...] o fundamento da auto-eco-organização porque é um movimento que se autoconstrói de baixo para cima, é um movimento popular de base que agrupa a diversidade e parceiros de resistência. É um movimento dinâmico e vivo, porém fincado em raízes fundantes, profundamente ramificadas e entrelaçadas numa trama social radical solidificada e alicerçada numa consciência crítica e consciência organizativa, capaz de na luta, promover a *práxis* e com a *práxis* promover a luta.

Portanto, não se pode pensar o protagonismo da Juventude Camponesa sem um processo de formação que possibilitasse o mínimo de compreensão e engajamento com essa forma de organização. Como resultado desse processo de construção, com o apoio de professores e técnicos, e obedecendo a essas premissas, foram elaborados os seguintes projetos produtivos que devem atender as três comunidades do Assentamento: Comunidade Chê Guevara; Comunidade Paulo Freire, Comunidade Paulo Freire. O Quadro 2 mostra essa organização.

QUADRO 2 – PROJETOS, LOCALIZAÇÃO, INSTITUIÇÕES PROPONENTES E INVESTIMENTOS EM REAIS

Projetos	Comunidade/localização	Instituição proponente	Valor r\$
Projeto coletivo de hortigranjeiros	Os três núcleos	COOPRAF	215.000,00
Projeto Produtivo do Leite	Chê Guevara	COOPROSC	314.800,00
Projeto produtivo: Rede de comercialização e turismo	Os três núcleos	COOPROSC	258.000,00
Agroindústria: Cozinha Industrial	Paulo Freire	ARCA	224.800,00
Projeto Produtivo do Babaçu	Marechal Rondon	COOPRAF	245.800,00
Projeto Rádio Livre Juventude Campesina	Paulo Freire	ARCA	35.525,00
Total			1.294.125,00

FONTE: UNEMAT/IOCASS 2014.

Projeto 1: coletivo de hortigranjeiros: Um projeto coletivo de hortigranjeiros para o Assentamento Antônio Conselheiro (PAAC), que objetivou organizar três núcleos de produção (hortas), um em cada comunidade visando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse projeto foi aprovado pelo Edital da Cáritas Brasileira (2015) e deverá receber o valor R\$ 30.000,00 para a implantação de um núcleo de produção em cada Comunidade. Apesar de ter sido apresentado com enfoque nas mulheres da comunidade, o projeto deverá envolver um total de 45 jovens das diferentes comunidades. O projeto aprovado foi: Implantação de 3 unidades de produção agroecológica de horticultura e 3 unidades de criação de aves caipira industrial para fortalecimento da Economia Solidária no Brasil e teve como proponente a Cooperativa de Produção Agropecuária da Agricultura Familiar (COOPRAF).

Projeto 2: Produtivo do Leite: Indústria de Laticínio da Comunidade Ernesto Che Guevara, Assentamento Antônio Conselheiro/MT. Esse projeto foi aprovado na primeira fase pelo Projeto Terraforte 2014 e aguarda um processo de diligência e avaliação. Localizada na Comunidade Chê Guevara caso o projeto passe a ser executado deverá beneficiar pelo menos 10 famílias produtoras de leite.

Projeto 3: produtivo: Rede de comercialização, consumo e turismo sustentável solidário, organizado pela Juventude Camponesa do Assentamento Antônio Conselheiro-MT. O financiamento desse projeto está sendo articulado pela Cooperativa Mista de Produção, Serviço e Comércio Alto da Serra (COOPROSC) com o apoio do Programa Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS), junto à Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, via Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) através do Núcleo de Políticas para Economia Solidária (NUPES) que executa a Política Municipal de Economia Solidária através da Lei Municipal nº 2.460/05 de 16.12.2005 e tem apoio do Fórum Municipal de Economia Solidária (FESOL-TGA). Objetiva atender todo o Assentamento com vários pontos de visitação, inclusive as agroindústrias, as hortas e outros núcleos de produção. Além disso, o projeto prevê um público alvo de pelo menos 261 famílias de consumidores pré-adastradas.

Projeto 4: Agroindústria: Cozinha Industrial; processamento de mandioca descascada/abóbora; produção de doces artesanais; compotas; conservas; pães; biscoitos e bolachas. Esse Projeto aguarda o edital de encaminhamento. Localizada na Comunidade Paulo Freire, se aprovado, tal projeto inicialmente atenderá pelo menos 28 famílias produtoras.

Projeto 5: Produtivo do Babaçu: Para todo o PA Assentamento Antônio Conselheiro que pensado a partir da Comunidade Marechal Rondon envolve todo o assentamento, porém ainda não se tem a dimensão do envolvimento social dos membros das comunidades que poderão ser beneficiadas pelo projeto. Essa discussão coletiva tornou-se objeto de estudo da dissertação de mestrado de uma das bolsistas do CNPq/IOCASS/NECOMT-PPGASP/UNEMAT, com o tema: Babaçu (*Orbignya phalerata*): alternativa agroextrativista para os agricultores familiares do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra/MT (NUNES, 2016). Cabe às lideranças do assentamento organizar três núcleos de produção, sendo um em cada comunidade.

Projeto 6: Rádio Livre Juventude Campesina: Direcionado a todo o Assentamento Antônio Conselheiro. Esse Projeto aguarda o edital de encaminhamento. Localizada na Comunidade Paulo Freire. Envolve todo o assentamento e inicialmente vai contar com a participação de todos os jovens que realizaram o curso.

Durante a pesquisa de campo, foi possível perceber que os jovens camponeses oriundos de famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tinham uma maior afinidade com os trabalhos coletivos, pois apresentavam mais consciência de grupo, o que permite afirmar que esse grupo se aproximava a uma identidade camponesa. Os camponeses que não aceitam os processos de exploração econômica e de dominação política pelas classes dominantes capitalistas construíram, de certa forma, uma identidade destinada à resistência [...]. Ela dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão [...] (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 32).

E dentro desse conjunto de diversidades da agricultura familiar camponesa, em vários assentamentos rurais está alocada uma parcela significativa da produção de alimentos no país. Alimentos que chegam à mesa da maioria da população que reside na cidade e passaram a ser a esperança de uma juventude que se nega a deixar o campo e ir para a zona urbana. Foi essa realidade brasileira que levou a construção do projeto piloto, denominado: Pesquisa e sistematização sobre a metodologia para criação do curso de extensão de formação agroecológica e cidadã para fortalecer a inclusão produtiva da juventude rural.

De 2002 em diante foram criadas várias políticas públicas que visavam apoiar processos de produção, comercialização e agroindustrialização vinculados à agricultora familiar. O Censo da Agricultura Familiar, embora atrasado na sua pesquisa de campo deverá mostrar mais uma vez a

importância dessa produção. Mas já se constata o significativo aumento de crédito para esse segmento, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) referenciados por ANANIAS (2015) “Espaços estimulados pelo governo federal. Os recursos de R\$ 2,4 bilhões do Plano Safra da Agricultura Familiar 2002-03, saltaram para R\$ 24,1 bilhões em 2014- 15 - dez vezes mais”.

Destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cuja finalidade é ampliar e promover o escoamento dessa produção e sua comercialização no sentido de garantir a soberania alimentar de populações em contextos de exclusão. O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que é uma política pública do Governo Federal, criada para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável. O fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se deu com a criação da Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. E que em seu artigo 14 recomenda que:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

A consolidação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que hoje conta com quase 20 linhas de créditos para diferentes públicos, entre a criação de novas modalidades se destacam: as linhas PRONAF Custeio-Cooperativas; PRONAMP Custeio; PRONAMP Investimento; Investimento Especial e Comercialização, que oferecem financiamentos destinados a cooperativas de crédito e de produção, agroindústrias e produtores rurais, pessoas físicas e jurídicas. Nesse caso o PRONAF Jovem, é destinado exclusivamente para esse público.

Com o recurso do Pronaf, jovens agricultoras e agricultores, podem financiar qualquer atividade geradora de renda, como projetos agropecuários, de turismo rural, de artesanato, implantação de pomar e horta. O limite de financiamento da linha de crédito é de R\$ 15 mil, com carência de 3 anos e prazo para pagamento de 10 anos, a juros de 1% ao ano.

Para acessar a linha de crédito o jovem agricultor (a) deve ter idade entre 16 e 29 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional, ou que receba acompanhamento de um técnico da assistência técnica e extensão rural.

Para tomar crédito pelo Pronaf Jovem, é necessária uma Declaração de Aptidão ao Pronaf específica, a DAP do jovem. Essa DAP deve estar vinculada a uma DAP da família (PORTAL BRASIL, 2012).

São linhas de créditos atrativas. Porém, quase inacessíveis aos jovens do campo. Diante disso, a pesquisa identificou que nenhum dos jovens dos quais participaram da pesquisa tinham acesso à DAP jovem. Isso porque a DAP jovem deve estar vinculada a DAP da família. São vários os motivos que levam os pais a não habilitarem seus filhos na DAP da família, dentre eles: a cultura de subordinação do jovem à família; a falta de confiança dos pais nos jovens; o problema da inadimplência dos pais; resistência da própria juventude em assumir valores do trabalho associado à falta de formação adequada e falta de assistência técnica, assim esses foram os fatores que se sobressaíram.

Identificamos várias políticas públicas voltadas para a juventude, principalmente depois de 2005, após a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que também criou a Política Nacional de Juventude (PNJ). Dentro dessas políticas públicas se sobressaem programas voltados para a Juventude Camponesa, tais como: O ProJovem Campo-Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação a essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características; necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo.

Outro programa que visa atender esse público alvo é o Nossa Primeira Terra, que é uma linha de financiamento especial, criada pelo governo federal dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF), com o objetivo de possibilitar aos jovens brasileiros a oportunidade de permanecer no campo e contribuir para o desenvolvimento rural ao invés de migrarem para as grandes cidades.

Mas diante da realidade empírica pesquisada não encontramos nenhum jovem incluído nesses programas. No que se refere à inserção social da juventude nos processos produtivos associativos, as principais dificuldades encontradas no momento de se inserirem nas organizações já existentes são: resistência de grupos políticos com diferentes objetivos; resistência dos mais velhos (dos pais) em relação à mudanças propostas pela juventude; pouco ou total falta de apoio aos jovens para ter mais autonomia e a resistência de alguns jovens para ficar no campo, já que não pretendem ficar, e assim sem sentimento de identidade/pertença aparece como problema a ser enfrentado, devido à uma cultura hegemônica internalizada em alguns de que “a vida na cidade é mais fácil”. Por outro lado, a juventude camponesa também apresenta resistências positivas e desejam mostrar que são capazes, querem mostrar resistência e construir o inédito viável.

No que se refere ao papel da escola, temos a dizer que a Educação do Campo é fundamental nesse processo. Visto que, dentro da escola está a contradição. E assim, é pela Pedagogia do Movimento, especialmente do MST, que se enfrentam essas contradições. O que permite aos jovens um processo de formação crítico participativo. E nesse sentido, especialmente os jovens estudantes da Escola Paulo Freire e Chê Guevara, se mostraram bem mais protagonistas nesse processo. Também é preciso pensar a formação e a educação por dentro dos processos produtivos, pouca discussão e conhecimento da comunidade a respeito do potencial do extrativismo. Vamos citar apenas o caso do babaçu, do qual pode ser explorado a farinha, a castanha e o resíduo, como também o palmito de babaçu dentre outras possibilidades. Isso mostra a necessidade da pesquisa e da extensão da universidade voltada para essas comunidades. Diante do exposto, é preciso pensar junto com essa Juventude as diferentes possibilidades de produção com base naquilo que temos no território, pois dessa forma seria um diálogo fundamental com a prática da agroecologia.

Conclusões

Na verdade, o texto não comporta conclusão, apenas considerações finais sobre esse processo de aprendizagem. Essa experiência aponta para a necessidade de políticas públicas que visem à garantia de possibilidades da permanência da Juventude Camponesa no campo. E diante do exposto pode-se dizer que: *O campo está envelhecendo*. Sendo essa não uma afirmação, mas uma constatação.

Diante dessa realidade, é fundamental a universidade se colocar no debate, propor estratégias, se expor e se comprometer com esses trabalhadores do campo. Esse exercício de construção participativa de projetos produtivos junto à Juventude Camponesa no Assentamentos do Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra - MT deixa várias lições. Dentre elas as diferentes possibilidades que projetos coletivos com base nos princípios da Economia Solidária e da Agroecologia comportam.

Porém é fundamental que o estado, nas suas diferentes esferas, busque a consolidação e a melhoria de políticas públicas para o campo. Para, além disso, é fundamental que o estado também crie possibilidades de financiamento, apoio, assistência técnica e educacional específica para as demandas da Juventude Camponesa.

Apesar das limitações encontradas pelos jovens, os projetos produtivos mostraram um forte

poder de inserção da Juventude Camponesa e igualmente, pelos estudos realizados de forma participativa com os técnicos da universidade, apresentam viabilidade econômica para sua implantação e desenvolvimento. Certamente, a implantação desses projetos vai garantir a geração de trabalho e renda, além do desenvolvimento local do território de forma sustentável, visto que serão desenvolvidos conforme os preceitos da Agroecologia e do cooperativismo dentro dos princípios da Economia Solidária.

Por fim, quero agradecer esses Jovens e toda Comunidade Camponesa do Assentamento Antônio Conselheiro de Tangará da Serra, Mato Grosso a oportunidade de aprender a enfrentar essas contradições num estado que optou pelo modelo hegemônico de produção baseado na monocultura. Assim, Jovens, Pais, Mães, Avôs e Avós, Crianças uma geração inteira que nos ensina que é fundamental: *lutar, ocupar e resistir*. E aprender com Sepé Tiaraju: *que essa terra tem dono*. Portanto, lutar não é apenas preciso do verbo precisar. É fundamental para a sobrevivência humana. Seguimos a aprender juntos. *Outro mundo é possível*.

Referências

ANANIAS, P. Espaços de vida. **Jornal Folha de São Paulo**, 22 de junho de 2015, p. A3.

BARBIER, R. **A Pesquisa-ação**. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 16 de junho de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.852/13, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, 05 de agosto de 2013. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 06 ago. 2013.

CARVALHO, H. M.; F, COSTA. Agricultura Camponesa. In: CALDART, R. S. Et al (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p. – p. 28-32.

HESPANHA, P. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009. Também disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2011. In: p. 96-102.

III CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (III CONAES). Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão 2014. **Documento final**. Brasília-DF, 2014. Disponível em: <http://cirandas.net/articles/0028/0635/doc_final_conferencia_tematica_educacao_autogestao.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

Cooperativismo. NAMORADO, R. In: ESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009. p. 93-102.

NUNES, E. S. **Babaçu (*Orbignya phalerata*): alternativa agroextrativista para os agricultores familiares do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra/MT**. 2016. Dissertação de Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola–Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola (PPGASP), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Tangará da Serra-MT. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/BABACU_Orbignya-phalerata_ALTERNATIVA_AGROEXTRATIVISTA_PARA_OS.pdf>. Acesso em: 28 de mar. 2018.

PERIPOLLI, O. J. O processo de esvaziamento do campo entre Jovens Campones: Os desafios colocados à escola. **Revista da Faculdade de Educação** Ano IX nº 16 (Jul./Dez. 2011). p. 77-93. Disponível em: <file:///D:/Documents/Doutorado_PUC/Eventos_publica%C3%A7%C3%B5es/2016/Peripoll_esvaziamento_campo.pdf>. Acesso em: fev. 2015.

POLINI, I. N. da C. Pedagogia da produção associada: as relações educativas construídas no processo de autogestão do trabalho. In: I Simpósio Trabalhadores e a Produção Social. 2011. Sumaré-SP. **ANAIS CENTRO DE MEMÓRIA OPERÁRIA E POPULAR (CEMOP)**. 2011. Disponível em: <http://www.simposioproducaosocial.org.br/Trabalhos/306.pdf>. Acesso em: 04, jun., 2015.

PORTAL BRASIL. **Economia e emprego. Agricultores familiares com idade entre 16 e 29 anos podem contratar crédito rural**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/10/jovens-agricultores-podem-ter-financiamento-pelo-banco-do-brasil>>. Acesso em 10 maio 2014.

SGUAREZI, S. B. Epistemologias do sul: interfaces entre autogestão, *transconhecimento* *trans*sustentabilidade. **ANAIS DO XXIX CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA (ALAS) – CHILE – 2013**. Grupo de Trabajo N°18. Santiago do Chile. De 29 de set. a 4 out. 2013.

SGUAREZI, S. B.; BÓGUS, L. M. M. Autogestão e economia solidária no Estado de Mato Grosso: limites e possibilidades. **ANAIS DO SEGUNDO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA “A ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB DIVERSOS OLHARES” (II ENPES)**. São Paulo-SP, 2012. 22 de setembro de 2012.

SOARES, A. B. **Juventude e elos com o mundo do trabalho: retratos e desafios**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: CIESP; Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2010.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. de L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Revista Educação e Pesquisa**, Vol. 34, Nº. 2, p. 227-242, maio/ago. 2008. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

THIOLENT, M. (Org.). **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EdUFSCar, 2006, p. 33-68.

THIOLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo, Cortez, 1992.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB) – CENTRO TRANSDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CTEC). **Projeto do curso de formação agroecológica e cidadã**. Brasília, 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). Programa Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS). Banco de dados. **RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO**: Projetos financiados por meio do Termo de Cooperação MTE/Senaes /CNPq n. 017/2013) Processo/CNPq nº: 420503/2013-7 (Edital 089/2013). Tangará da Serra: UNEMAT, 2014.

Artigo recebido em 09/04/2018. Aceito para publicação em 18/05/2018.